

ACERTO FISCAL: Alta do petróleo impulsionou lucro da Petrobras no acumulado do ano, segundo diretor do BC

Estados e municípios melhoram contas públicas

Governos e estatais garantiram mais da metade do superávit primário de R\$ 4 bilhões registrado em setembro

Enio Vieira e Isabel Sobral*

• **BRASÍLIA.** Estados, municípios e empresas estatais garantiram mais da metade do superávit primário (que exclui gastos com juros) do setor público em setembro. Do total consolidado de R\$ 4,057 bilhões, eles foram responsáveis por R\$ 2,301 bilhões. Já o Governo federal teve um saldo de R\$ 1,756 bilhão no mês passado. O superávit ficou abaixo do recorde histórico de R\$ 6,485 bilhões de agosto, mas este fora conseguido graças ao pagamento da última parcela da venda da Telebrás.

Governo deve bater meta anual do FMI já este mês

O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, disse que o impacto da alta do petróleo nos lucros da Petrobras foi fundamental para o resultado das estatais, de R\$ 1,492 bilhões. Além disso, apesar de ser ano eleitoral, caíram as despesas de governos estaduais e prefeituras, e o saldo acumulado no ano chega a R\$ 7,028 bilhões.

Com isso, o Governo deve alcançar em outubro a meta para as contas públicas em 2000 acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI). De janeiro a setembro, o saldo foi de R\$ 35,277 bilhões, R\$ 6,277 bilhões acima do estabelecido para os nove meses do ano. Em novembro, o Ministério da Fazenda vai decidir com o FMI um superávit entre R\$ 36 bilhões e R\$ 37 bilhões para o ano.

O Governo abandonou a meta de 3,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Houve revisão no valor do PIB em 1999, o que exigiria um saldo primário de R\$ 35 bilhões. Mas a equipe econômica decidiu elevar os números devido ao efeito estatístico da revisão na relação dívida pública/PIB. Um superávit fiscal um pouco maior, segundo Lopes, estabilizará mais a dívida públi-

ca, hoje de R\$ 547,962 bilhões (48,5% do PIB). A equipe econômica reconhece que não alcançará a meta de 46,5% do PIB no fim de 2001.

— Mas os números fiscais estão confortáveis. Para o ano que vem, resta saber como será acomodado o aumento de salário-mínimo e a decisão do reajuste no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) — disse Fábio Giambiagi, gerente do Departamento Econômico do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A intenção do Governo, segundo Lopes, não é produzir um superávit com sobras de caixa no ano. Se a meta de 2000 ficar em R\$ 37 bilhões, será necessário um saldo de R\$ 1,723 bilhões de outubro a dezembro. O economista do BC afirmou que os resultados primários serão piores nesse fim de ano, em relação ao que já foi feito em 2000, com despesas como o 13º salário do funcionalismo, por exemplo.

Gastos com juros foram de R\$ 7,4 bi em setembro

Em setembro, os gastos com juros da dívida foram de R\$ 7,452 bilhões. As despesas no ano estão em R\$ 63,495 bilhões, abaixo dos R\$ 114,5 bilhões do mesmo período de 1999, quando foi enorme o impacto da desvalorização da moeda.

O gerente do Departamento Econômico do BNDES, Fábio Giambiagi, acredita que se o dólar ficar na casa de R\$ 1,90 em 2001 será possível atingir a meta de 46,5% na relação dívida/PIB. Os obstáculos surgirão caso a moeda americana passe de R\$ 2. Com juros básicos em queda e baixa desvalorização, o resultado nominal das contas públicas ficará negativo em 4% do PIB. Nos últimos 12 meses, são 3,81% negativos. ■

(*) Da Agência O GLOBO

Como foi o desempenho do setor público

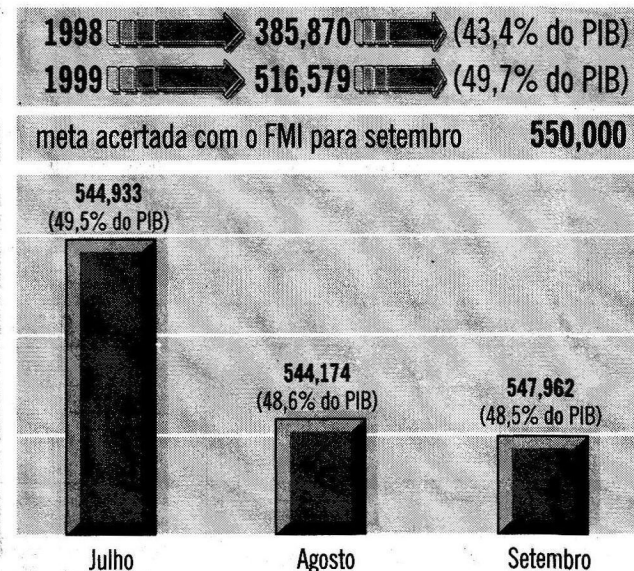


O número primário é o principal indicador do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), feito para o período de 1999 a 2001. Com a revisão para baixo do valor do PIB em 1999, a meta do saldo primário será, em 2000, de R\$ 36 bilhões a R\$ 37 bilhões em valores absolutos. Os 3,25% do PIB previstos inicialmente representam um valor abaixo de R\$ 35 bilhões. O número maior foi decidido por conta do aumento da dívida pública. Em setembro, o superávit primário teve uma contribuição grande de empresas estatais (Petrobras) e governais estaduais.

FONTE: Banco Central

Dívida líquida total do setor público

(em R\$ bilhões)



Com a revisão do valor do PIB de 1999, o Governo não alcançará a meta do endividamento para o fim de 2001. Ficou acertado informalmente com o FMI que o Brasil teria uma relação dívida pelo PIB de 46,5% em dezembro do ano que vem. Esse número não será alcançado.